



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4620

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Antônio Soares Silva

Data: 16/05/2000

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 36/2000. Dispõe sobre a punição aos estabelecimentos que restringirem o direito dos homossexuais ao emprego e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 9.1

Posição: 57

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.1
Ordem: 57
nº fls: 03



36/2000

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____/2000

AUTOR:

VEREADOR ANTÔNIO SOARES SILVA

ASSUNTO:

DISPÕE SOBRE A PUNIÇÃO AOS ~~ESTABELECIMENTOS~~ QUE
RESTRINGIREM O DIREITO DOS HOMOSSEXUAIS AO EMPRE-
GO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Caixa 32

MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 16/05/2000
- 2 - À COM. LEG. E JUSTIÇA
- 3 - APROVADO EM 1ª EM 13.06.2000
- 4 - APROVADO EM 2ª EM 15.06.2000
- 5 - APROVADO EM 3ª EM 20.06.2000
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*AB A. Gomes
16.05.2000*

PROJETO DE LEI _____

Dispõe sobre a punição aos estabelecimentos que restringirem o direito dos homossexuais ao emprego e dá outras providências.

O povo do Município de Montes Claros, através de seus representantes na Câmara Municipal aprovou e o prefeito em seu nome sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - A prefeitura Municipal de Montes Claros, penalizará os estabelecimentos comerciais ou industriais, entidades, representações, associações ou sociedade civil que restringirem o direito dos homossexuais ao emprego e ou prática de ato vexatório e atentatório.

§ 1º - Considera-se prática de restrição ao direito do homossexual ao emprego, entre outras a adoção de medidas não previstas na legislação pertinente, e especialmente:

I- Exigências ou solicitação de teste de masculinidade, em processos de seleção para admissão ao emprego;

II- Discriminação de homossexuais nos processos de seleção ou rescisão de emprego;

III- Manutenção de vínculo contratual ou de prestação de serviço com pessoas físicas ou jurídicas que praticarem ações que atinjam os homossexuais em sua liberdade sexual;

Art. 2º - As penalidades previstas no artigo anterior, que poderão ser aplicadas cumulativamente, são:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Suspensão temporária da autorização de funcionamento;

IV- Cassação da autorização de funcionamento.

§ 1º - A multa estabelecida no Inciso II deste artigo será 50 a 1000 UFMCC (Unidade Fiscal do Município de Montes Claros) , levando-se em consideração a capacidade econômica do estabelecimento infrator.

§ 2º - A autoridade administrativa responsável pela aplicação das penalidades previstas deverá aplicá-las progressivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 3º - O Executivo Municipal regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de Maio de 2.000.

TOMINHO GUERREIRO

Vereador

PFL



E' lida e aprovada

por unanimidade
Joaquim Maciel
Cecília Pontes





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PARECER

ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

RELATÓRIO

De autoria do vereador Antônio Soares da Silva, o projeto de Lei nº ____/2000 em tela, "Dispõe sobre a punição aos estabelecimentos que restringem o direito dos homossexuais ao emprego e dá outras providências."

Enviada a proposição a esta assessoria passamos a emitir o seguinte parecer.

FUNDAMENTAÇÃO

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles, "Compete a Câmara Municipal, legislar sobre **ASSUNTOS LOCAIS**, de seu **PECULIAR INTERESSE**, isto é, de interesse **PREDIMINANTEMENTE MUNICIPAL**, em relação ao interesse reflexo, sempre existente, do Estado-membro e da união." (Direito Municipal Brasileiro, 6ª edição, Fls. 490).

Com base, no ensinamento supra citado, chega-se à conclusão que o assunto objeto do projeto de Lei em exame, não é de **INTERESSE PREDOMINANTEMENTE MUNICIPAL**, mas sim, de interesse geral do Estado-membro e da união, estando perfeitamente definido na Constituição Federal na parte em que dispõe sobre "os direitos e deveres individuais e coletivos" (art.5º da CF)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, chega-se a conclusão que o projeto de Lei de autoria do vereador Antonio Soares da Silva, é **ILEGAL E INCONSTITUCIONAL**, tendo em vista, que a Câmara Municipal não pode legislar sobre Direito Constitucional

Sala da Assessoria Jurídica, 22 de maio de 2000

Manoel R. Silveira
Assessor Jurídico